



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
Pró-Reitoria de Administração  
Diretoria de Contratos e Convênios

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 23107.026025/2023-45

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.071.106/0001-37, com endereço no *Campus* Universitário, Rodovia BR 364, Km 04, bairro Distrito Industrial - CEP 69.920-900, no município de Rio Branco/AC, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Reitora, ....., portaria, matrícula funcional, e de outro lado a **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF nº **[digite aqui o CNPJ]**, sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 23107.026025/2023-45 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ...../20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para **aquisição de equipamentos e materiais diversos para laboratórios da Universidade Federal do Acre, na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP)**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Objeto da contratação:

CURSO DE BACHARELADO EM MEDICINA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	Macacão de rip stop azul marinho com faixas refletivas, bordado na manga direita, esquerda, costas e peito esquerdo. Tamanhos: 5 – M / 5 - G	UNIDADE	10	R\$ 341,20	R\$ 3.412,00
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	Estadiômetro. Material: em alumínio anodizado; Tipo: Portátil, com base antiderrapante; Amplitude de Medição: 110 cm a 210 cm (2,10 metros); Resolução em milímetros com graduação de 1 mm; Bolsa para transporte.	UNIDADE	6	R\$ 443,00	R\$ 2.658,00
3	Adipômetro Clínico. Material: Plástico ABS; Material da mola: aço inoxidável; Sensibilidade: 1mm; Amplitude de medição: 85mm; Pressão: 10 g/mm <sup>2</sup> ;	UNIDADE	4	R\$ 316,40	R\$ 1.265,60
4	Adipômetro Científico. Material da mola: aço inoxidável; Sensibilidade de 1 mm; Pressão da mola: constante em 10g/mm <sup>2</sup> ; Amplitude de Leitura: escala de 0 a 60 mm.	UNIDADE	2	R\$ 442,50	885,00
5	Fita Inelástica/Trena Antropométrica. Material: fibra de vidro e corpo de PVC; Amplitude de Medição: 0 cm a 150 cm (1,50 metros) ou 0 cm a 200 cm (2,00 metros); Resolução da escala: milímetros	UNIDADE	8	R\$ 30,00	240,00
6	Balança digital com Bioimpedância. Balança de Controle Corporal; peso corporal: até 150kg. 7 indicadores de parâmetros corporais: Peso corporal (até 150kg), Índice de Massa Corporal, Gordura corporal, Gordura Visceral, Metabolismo basal, Músculos esqueléticos e idade corporal. Fonte de alimentação: 6V CC (com 4 pilhas "AA" alcalinas (LR03) ou manganês (R03)	UNIDADE	6	R\$ 683,82	4.102,92
7	Balança Antropométrica. Material de aço carbono com acabamento bicromado e pintura poliéster (tratamento anti- ferruginoso). Plataforma e coluna de aço carbono. Capacidade máxima 300 kg, divisões de 50 g; Carga mínima: 1 Kg; Pés reguláveis em borracha sintética; Tapete antiderrapante.	UNIDADE	1	R\$ 1.845,00	1.845,00
8	Balança médica pediátrica antropométrica digital. Material: Gabinete em plástico ABS na cor extra-branco, concha anatômica em aço inoxidável. Design ergonômico tipo berço para bebês acolchoado. Capacidade de pesagem 25 kg com divisão de 2 a 5 g, design ergonômico tipo	UNIDADE	1	R\$ 788,33	788,33

	berço para bebês. Pés antiderrapantes em borracha sintética.				
9	Caneta/Lápis Dermográfico. Não tóxico, Pré-afiado, Leve. Tinta: Marcador de cera; Cor: branca.	UNIDADE	12	R\$ 33,38	400,56
LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS/CCBN					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	R\$ UNIT.	
10	Redes ornitológicas (mist-net); fio de nylon de cor preta; comprimento: 12 m; altura 3 ou 2,5 M; malha: a partir de 25 mm.	UNIDADE	150	R\$ 341,20	
CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	R\$ UNIT.	
11	APITO - Material: Plástico , Aplicação: Esporte , Tamanho: Nº40 , Características Adicionais: Com Cordão.	UNIDADE	5	R\$ 10,00	50,00
12	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO, bola oficial de futebol de salão aprovada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA). Material: Poliuretano , Peso Cheia: 410 A 440 G, Circunferência: 61 A 64 CM, Características Adicionais: Sem Costura, Válvula Removível E Lubrificada , Cor: Branca , Tipo: Oficial. Marcas e Modelos: Bola Penalty Max 1000 VIII Futsal ou qualidade superior, aprovada pela FIFA	UNIDADE	20	R\$ 197,33	3.946,60
13	BOLA DE HANDEBOL MASCULINO H3L, bola oficial de handebol tamanho masculino (H3L), aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF). Material: Poliuretano , Peso Cheia: 425 A 475 G, Características Adicionais: Costurada Em Pvc, Câmara Butil, Miolo Removível , Circunferência: 58 A 60 CM, Modelo: Masculino Marcas e Modelos: Bola de Handebol Molten H3X5001, Bola Handebol Penalty Suécia H3L ou qualidade superior aprovada pela IHF	UNIDADE	15	R\$ 189,00	2.835,00

14	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL FEMININO H2L, bola oficial de handebol tamanho feminino, aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF). Material: Poliuretano , Peso Cheia: 325 A 375 G, Características Adicionais: Costurada Em Pvc, Câmara Butil, Miolo Removível , Circunferência: 54 A 56 CM, Modelo: Feminino. Marcas e Modelos: Bola de Handebol Molten H3X5001, Bola Handebol Penalty Suécia H3L ou qualidade superior aprovada pela IHF.	UNIDADE	15	RS 151,43	2.271,45
15	BOLA DE TÊNIS APROVADA PELA ITF (INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION). Bola de Tênis vermelha Estágio 3 Material: Borracha e feltro resistente, cor amarela e vermelha, até 1,19 m e 75% mais lenta que as bolas tradicionais. Adicionais: Aprovada Pela Federação Internacional De Tênis.	UNIDADE	30	RS 49,00	1.470,00
16	BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL, bola de voleibol tamanho oficial, aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Material: Microfibras , Peso Cheia: 260 A 280 G, Circunferência: 65 A 67 CM, Tipo Uso: Adulto (Fivb) , Pressão: 03 - 04 LB, Aplicação: Volei De Quadra. Marcas e Modelos: MIKASA, Penalty Pro 7.0 ou qualidade superior aprovada pela FIVB.	UNIDADE	20	RS 316,48	6.329,60
17	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL, bola oficial de futebol de campo aprovada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA). Material: Poliuretano , Peso Cheia: 410 A 450 G, Características Adicionais: Câmara De Butil, Miolo Removível E Lubrificado , Circunferência: 68 A 70 CM, Modelo: Nike, Adidas, Penalty ou qualidade superior aprovada pela FIFA.	UNIDADE	20	RS 211,50	4.230,00
18	BOLA OFICIAL DE BASQUETE, bola de basquete tamanho feminino size 6, level 1 e 2, aprovada pela Federação Internacional de Basquetebol (FIBA). Material: Poliuretano, Peso Cheia: 510 A 565 G, Circunferência: 72 A 74 CM, Características Adicionais: Matrizada, Miolo Lubrificado , Modelo: Pró 6.4 Marcas e Modelos: Wilson Solution Game Ball, Penalty Pro. ou qualidade superior aprovada pela FIBA.	UNIDADE	10	RS 268,40	2.684,00

19	BOLA OFICIAL DE BASQUETE, bola de basquete tamanho masculino size 7, level 1 e 2, aprovada pela Federação Internacional de Basquetebol (FIBA). Material: Poliuretano, Peso Cheia: 600 A 650 G, Circunferência: 75 A 85 CM, Características Adicionais: Matrizada, Miolo Lubrificado , Modelo: Pró 7.4 Marcas e Modelos: Wilson Solution Game Ball, Penalty Pro. ou qualidade superior aprovada pela FIBA.	UNIDADE	10	RS 210,00	2.100,00
20	BOMBA DE AR PORTÁTIL PARA INFLAR BOLA. Material: Tubo De Policarbonato , Características Adicionais: Haste De Acrilato Nitrílica Butadieno Estireno, T , Uso: Bola, mangueira em nylon e agulha em zinco.	UNIDADE	5	24,49	122,45
21	CALIBRADOR DE BOLAS, TIPO CANETA, utilizado para aferir a pressão de bolas. Possui 02 (duas) agulhas de bico fino e 01 (um) calibrador. Fabricado em aço. Possui, aproximadamente, 15 cm.	UNIDADE	5	RS 101,40	507,00
22	COLCHONETE ESPECIAL PARA GINÁSTICA, revestido em napa com tratamento antialérgico, costura reforçada, sem zíper, espuma com densidade mínima 28. Dimensões aproximadas de 90x50x30 (CxLxA).	UNIDADE	30	RS 128,00	3.840,00
23	CONE ESPECIAL DE SINALIZAÇÃO PRETO E AMARELO, 50 CM, confeccionado em plástico, altura aproximada de 50 cm.	UNIDADE	10	RS 48,55	485,50
24	REDE DE TENIS DE QUADRA. Rede de tenis de quadra fio 2mm medidas 1,05x13mts cor preta malha 4,5 com 2 faixas reforço a faixa em pvc.	UNIDADE	1	RS 353,00	353,00
25	KIT CONE CHAPÉU CHINÊS. Para Treinamento de Agilidade; Composto em Polietileno; Dimensões: 20x15 cm (DxA). Com 50 Unidades	UNIDADE	4	RS 116,80	467,20
26	REDE BASQUETEBOL OFICIAL, para aros com 12 pontas e nó, profissional, corda dupla de algodão ou seda de 6mm a 8mm de espessura.	UNIDADE	4	RS 164,98	659,92

27	REDE DE FUTSAL OFICIAL. medidas: 3,20m x 2,10m x 0,48m x 1m, malha 10 cm, confeccionada em seda (polipropileno virgem), fio de no mínimo 6mm de espessura, embalagem altamente resistentes com zíper.	UNIDADE	4	R\$ 380,00	1.520,00
28	REDE DE VOLEIBOL, dimensão de 01m de altura por 9,50-10m de largura, com 4 faixas (lonas), costuras de linha de nylon, com fio guia dentro das faixas, fio 02-2,5 mm, 100% polietileno virgem de alta densidade, malha de 10x10 cm entre os nós.	UNIDADE	2	R\$ 238,50	477,00
29	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL Material: Polietileno, Aplicação: Futebol De Campo, Características Adicionais: Malha 15 Com Tratamento Uv, Medidas 7,5m X 2,5m.	UNIDADE	2	R\$ 316,03	R\$ 632,06
30	ESPAGUETE HIDROGINÁSTICA. Material: Polietileno Expandido , Formato: Tubo Flexível , Aplicação: Natação E Hidroginástica.	UNIDADE	30	R\$ 12,90	R\$ 387,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 102.145,19

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([ART. 92, IV, VII E XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇOS

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA)

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **XXXXXX**.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a



responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## 10. **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar

a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

IV - **Multa:**

a) Multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para

fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - [PT: 12.364.5013.20RK.0012 - Funcionamento de Instituições Federais no Estado do Acre](#) ;
- II - [FONTES: 1000](#) ;
- III - [PTRES: 217839](#) ;
- IV - [ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52](#)

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA–ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#)

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

#### 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### 17. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (ART. 92, §1º)**

17.1. É eleito o Foro da Subseção Judiciária de Rio Branco, integrante da Seção Judiciária do Estado do Acre - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, e, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes.

Rio Branco, ..... de ..... de 202.....

Assinado Eletronicamente  
MARGARIDA DE AQUINO CUNHA  
Universidade Federal do Acre

Assinado Eletronicamente  
REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA  
Contratada

#### REFERÊNCIA:

Modelo adotado e disponibilizado pela Seges/ME e a Advocacia-Geral da União.

Modelo de Contrato - COMPRAS - MAIO 2023

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrancia>



Documento assinado eletronicamente por **Itala Ney Oliveira da Rocha, Administradora**, em 24/10/2023, às 16:45, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ufac.br/sei/valida\\_documento](https://sei.ufac.br/sei/valida_documento) ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **1075714** e o código CRC **FB3C1ABC**.

---

**Referência:** Processo nº 23107.026025/2023-45

SEI nº 1075714

---

Criado por [71283358204](#), versão 10 por [71283358204](#) em 24/10/2023 15:32:26.